

PREGÃO ELETRÔNICO

90059/2026

CONTRATANTE (UASG)

(180160)

OBJETO

[Aquisição de serviço de reforma da sala do Comandante do 9ºBAEP]

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 50.521,25

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	14
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026.

(Processo Administrativo nº 20260414015)

SEI. 057.00103536/2026-50

Torna-se público que o(a) *O Estado de São Paulo / Polícia Militar do Estado de São Paulo*, por meio do(a) *Comando de Policiamento do Interior Cinco – UGE 180160*, sediado(a) *Av. dos Estudantes, 1980*, na cidade de *São José do Rio Preto /Estado de São Paulo*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é ***aquisição de serviço de reforma da sala do Comandante dependências do 30ºBPMI***, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será realizada em um único item, conforme definido no Termo de Referência e documentação complementar.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

2.2.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para o item 01, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).*

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *[preço] (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *[Valor unitário e total do item];*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *[valor inferior] (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *[percentuais]* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de *1 %. (um por cento) e incidirá sob o valor total de cada item.*
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17.1. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º*

e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *[acima do preço máximo] (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o

caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SicaF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. *Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

9.2.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico www.comprasnet.gov.br*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4.

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).


12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação  no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s): www.comprasnet.gov.br*

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.comprasnet.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a [assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante;

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. *O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) *e no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br*
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*
- 14.15.2. *ANEXO II – [Minuta de Termo de Contrato];*
- 14.15.3. *ANEXO III – [Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável];*
- 14.15.4. *ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*
- 14.15.5. *ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);*
- 14.15.6. *ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;*
- 14.15.7. *ANEXO VII – Planilha orçamentária.*

São José do Rio Preto, 04 de maio de 2026

JOSÉ ROBERTO LOPES JUNIOR

CAP PM SUBSCRITOR DO EDITAL

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA****POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR – 5****NONO BATALHÃO DE AÇÕES ESPECIAIS DE POLÍCIA****(Processo Administrativo nº057.00103536/2026-50)****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada no serviço de readequação de ambiente em material steel framing – para sala do comandante e subcomandante do 9º Batalhão de Ações Especiais e do alojamento de Cabos e Soldados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

TABELA - 9º BAEP							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	SIAFISICO BEC	UNID. MEDIDA	QTDA TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Servico de Instalacao/montage m de Elemento Divisor - Servico de Instalacao/montage m de Elemento Divisor-divisoria Drywall – READEQUAÇÃO	1627	25192	UNID	1	R\$ 50.521,25	R\$ 50.521,25
TOTAL							R\$ 50.521,25

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. As especificações técnicas abaixo deverão ser seguidas para realização da cotação e para futura entrega do equipamento, sendo obrigado o cumprimento de todas as exigências descritas nessas especificações técnicas.

3.3. A contratada deverá realizar serviço de engenharia para reforma de readequação de ambiente de sala aqui descritos e conforme segue:

3.3.1 Do Objeto - Memorial Descritivo para Elevação de Paredes Estruturais em Light Steel Framing (LSF): Este memorial especifica a elevação de paredes estruturais em Light Steel Framing (LSF) em 03 (três) ambientes distintos, aqui discriminaremos os três ambientes respectivamente como Projeto 01 (um) correspondente à sala do Comandante de Batalhão, Projeto 02 (dois) correspondente à sala do Subcomandante de Batalhão e Projeto 03 (três) correspondente ao alojamento dos Cabos e Soldados. Em todos os ambientes a altura do forro é de 3,60 m, porém no Projeto 01 (um), sala do Comandante de Batalhão a parede a ser elevada de estrutura em Light Steel Framing se estende até o forro, o Projeto 02 (dois), sala do Subcomandante a parede a ser elevada de estrutura Light Steel Framing se estende até a altura de 2,60 m, não atingindo o forro já existente na sala, a finalidade desta elevação parcial é o compartilhamento da climatização do ar condicionado da sala com o ambiente que será criado com a elevação da sala. Já no projeto 03 (três), alojamento de Cabos e Soldados, a parede a ser elevada de estrutura Light Steel Framing se estender até o forro. No Projeto 01 (um) a parede a ser elevada possui as dimensões 5,20 m de comprimento, com porta de 0,80 m de largura por 2,60 m de altura. No Projeto 02 (dois) serão elevadas duas paredes, uma perpendicular a outra, para formar um cômodo distinto com as dimensões de 2,31 m de comprimento e 2,26 m de comprimento, totalizando 4,57 m de comprimento, com porta 0,80 m de largura por 2,10 m de altura. E o Projeto 03 (três) serão elevadas duas paredes, uma perpendicular a outra, para formar um cômodo distinto com as dimensões de 2,23 m de comprimento e 5,05 m de comprimento, totalizando 7,28 m de comprimento, com porta 0,80 m de largura por 2,10 m de altura. Todos os projetos possuirão um interruptor e duas tomadas duplas. Execução conforme ABNT NBR 16933 (Steel Frame), NBR 8800 (Aço formado a frio) e NBR 15575.

3.3.2. Descritivo do Serviço: Seguem recomendações versando a execução do serviço:

- **Fundação/Preparação:** É essencial a verificação de prumo/nível do piso existente (desvio ≤ 3 mm/m), marcação de eixos paredes com linha/chalk line, fixação de guias U inferior com chumbadores M8 x 300 mm ou cola estrutural + parafusos concrete (perfuração 10 mm);
- **Montagem Painéis:** Pré-montagem dos painéis no solo (montantes C nas guias U, travessas Omega), cortes precisos para portas (0,80 m largura x 2,10 m altura) com vergas reforçadas + jambos C89 duplos. Elevar painéis em prumo (nível laser), fixar guias U superior aos perfis existentes/laje com expansões;
- **Junções L:** Sobrepor montantes 30 cm em ângulo L (2,31+2,26 m e 2,22+5,05 m), contraventamentos diagonais x (cabos aço 4,75 mm) em painéis >3,0 m; fixação painel-painel com autoatarraxantes #10;
- **Instalações Embutidas:** Eletroduto corrugado PVC branco 25 mm + cabos anti-chama VR 2,5 mm² (fase vermelha, neutro azul, terra VA 1,5 mm², 5 m quadro-parede), 2 tomadas duplas 10A + 1 interruptor simples NBR 14136 por parede (caixas PVC 4x4 cm bucha rápida), emendas Wago 3 vias dentro caixas;
- **Vedações e Acabamentos:** Internas: Gesso acartonado RB 12,5 mm (2 faces, parafusos 25/35 mm x 20 cm bordas/30 cm campo); massa corrida PVA (grãos lixa 120-180), selador + 2 demãos PVA super lavável branca (NBR 13245). Rodapé cerâmico 10 cm altura (cor/textura similar piso existente), argamassa colante AC II, rejunte epóxi juntas <2 mm, silicone acrílico vedação borda parede-piso (juntas 5-8 mm). Isolamento de Lã de vidro 50 mm densidade 14 kg/m³ preenchendo 100% entre montantes C antes fechamento gesso.

Controle de Qualidade e Tolerâncias

Prumo vertical $\leq H/400$ (9 mm em 3,65 m), esquadro ≤ 5 mm/m, alinhamento horizontal $\leq L/600$; torque parafusos 5-8 Nm (torquímetro); inspeção 10% conexões. ART engenheiro calculista (cargas axiais $\leq 1,0$ kN/m linear, vãos porta conforme NBR 8800). Execução por equipe NR-18 certificada; limpeza diária canteiro.

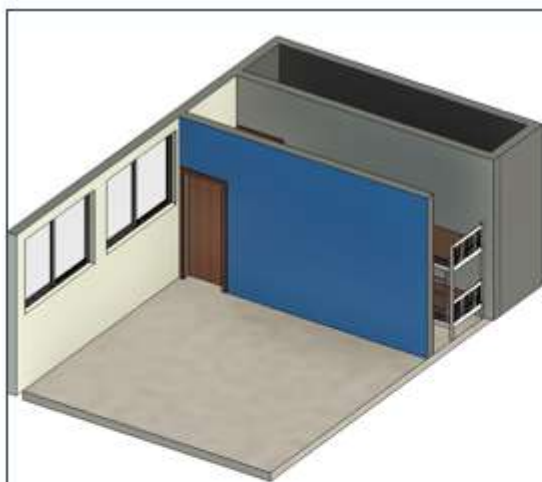


Figura 1: Projeto 1 (dois), sala do Comandante a parede destacada em azul será elevada com estrutura Light Steel Framing e se estenderá até a altura de 3,60 m, até o forro. A parede a ser elevada possui as dimensões 5,20 m de comprimento, com porta de 0,80 m de largura por 2,60 m de altura. Com os devidos componentes elétricos como tomadas, interruptores e luminárias.

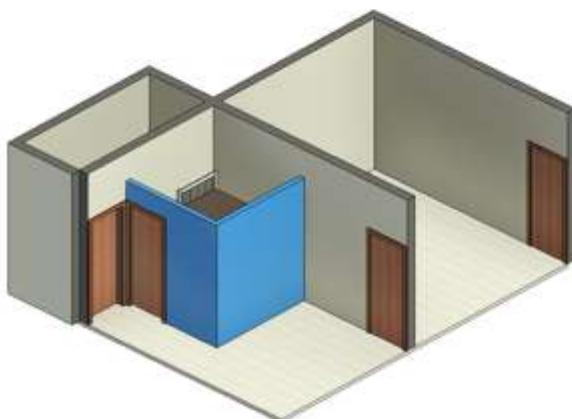


Figura 2: Projeto 2 (dois), sala do Subcomandante a parede destacada em azul será elevada com estrutura Light Steel Framing e se estenderá até a altura de 2,60 m, abaixo do forro, serão elevadas duas paredes, uma perpendicular a outra, para formar um cômodo distinto com as dimensões de 2,31 m de comprimento e 2,26 m de comprimento, totalizando 4,57 m de comprimento total, com porta 0,80 m de largura por 2,10 m de altura. Com os devidos componentes elétricos como tomadas, interruptores e luminárias.

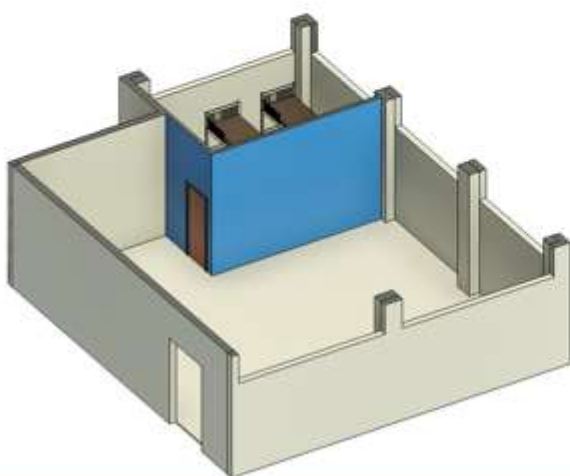


Figura 3: Projeto 3 (três), alojamento dos Cabos e Soldados as paredes destacadas em azul serão elevadas com estrutura Light Steel Framing e se estenderá até a altura de 3,60 m, serão elevadas duas paredes, uma perpendicular a outra, para formar um cômodo distinto com as dimensões de 2,23 m de comprimento e 5,05 m de comprimento, totalizando 7,28 m de comprimento, com porta 0,80 m de largura por 2,10 m de altura. Com os devidos componentes elétricos como tomadas, interruptores e luminárias.

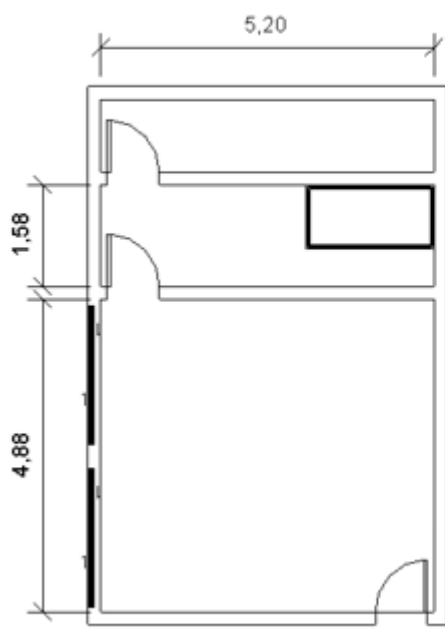


Figura 4: Projeto 1 Planta baixa

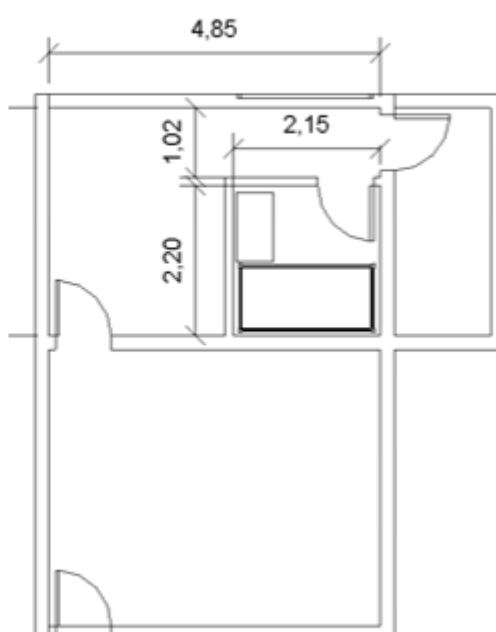


Figura 5: Projeto 2 Planta baixa

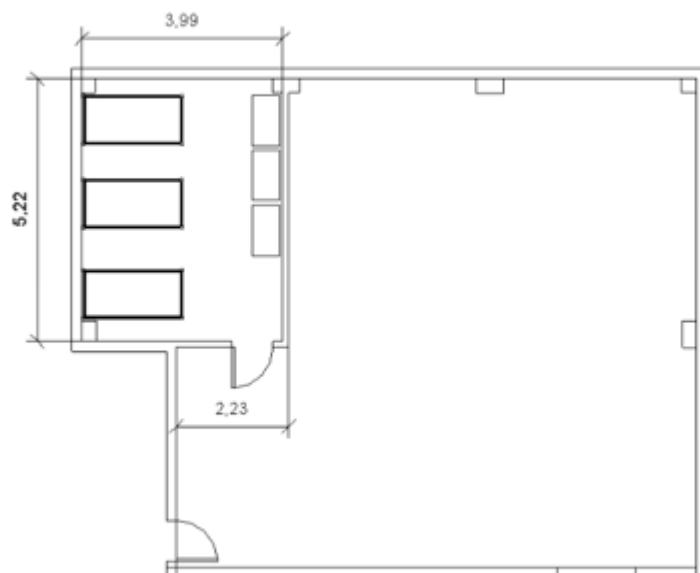


Figura 6: Projeto 3 Planta baixa

3.3.3. Descrição Técnica e quantitativo dos Materiais e Mão de Obra

1) **Produto: Montantes M-90:** Perfil em formato Seção em C, com dimensões 90 mm x 0,95 mm (espessura da chapa) x 3,60 m (comprimento), com furos para instalação (podendo ser oval ou circular, dependendo do fabricante). Produzido em aço galvanizado com revestimento Z275 (275 g/m² de zinco), oferecendo alta resistência à corrosão. O limite de escoamento é tipicamente 230 MPa (aço LE 230 MPa ou similar, como ZAR230), atendendo às exigências da NBR 15253 para perfis normatizados em Steel Frame. Indicado para montantes ou guias verticais em estruturas leves, fixados em guias horizontais. Deve ter marcações gravadas (fabricante, dimensões, norma) para comprovação de qualidade, uso de perfis fora de norma não serão permitidos pois compromete a segurança. ABNT NBR 15253: Define perfis de aço galvanizado para construção em Steel Frame (espessura mínima 0,50 mm, Z275). As tolerâncias e galvanização: Alinhadas a EN 10346/EN 1090 em equivalentes internacionais.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 16 montantes (unidades com 3,6 metros) ou 57,6 metros lineares;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 12 montantes (unidades com 3,6 metros) ou 43,20 metros lineares;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 22 montantes (unidades com 3,6 metros) 79,20 metros lineares;

Total: 50 montantes (unidade com 3,6 metros) ou 180 metros lineares.

Projeto	Unidades (3,6 m)	Metros Lineares	Preço Unitário Estimado
Projeto 1	16	57,6 m	R\$ 80-100/un (R\$22-28/m)
Projeto 2	12	43,2 m	R\$ 80-100/un (R\$22-28/m)
Projeto 3	22	79,2 m	R\$ 80-100/un (R\$22-28/m)
TOTAL	50	180 m	R\$ 4.000-5.000

2) **Produto: Guias G-90/L-89:** Guias G-90/L-89: Perfil em formato U, com seção aberta, com abas paralelas ou ligeiramente inclinadas, sem furos nos guias padrão, com dimensões 90 mm x 0,95 mm (espessura da chapa) x 6,00 m (comprimento). Feito em aço de limite de escoamento de 230 MPa (LE 230), com galvanização Z275 (275 g/m² de zinco), proporcionando resistência à corrosão em ambientes internos ou externos protegidos. Tolerâncias dimensionais seguem NBR 15253 para precisão em montagem. Servirá como base ou topo para fixação de perfis C (montantes), em obras de Steel Frame para divisórias, fachadas e coberturas. Exige marcações de fabricante e norma para certificação, não deverá ser usados perfis fora de padrão para não comprometer a estabilidade estrutural. Deve atender a ABNT NBR 15253: Especifica perfis C, U e ômega para LSFS (Light Steel Framing Systems), incluindo geometria, revestimento Z275 e propriedades mecânicas. Normas complementares: NBR 14762 (aço galvanizado) e normas de execução como NBR 16531 para LSFS.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 3 barras de guias (unidades com 6,0 metros) ou 18 metros lineares;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 2 barras de guias (unidades com 6,0 metros) ou 7,50 metros lineares;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 4 barras de guias (unidades com 6,0 metros) ou 24 metros lineares.

Total: 50 montantes (unidade com 49,5 metros).

Projeto	Unidades (6,0 m)	Metros Lineares	Preço Unitário Estimado
Projeto 1	3	18,0 m	R\$ 105-120/un (R\$ 18-20/m)

Projeto	Unidades (6,0 m)	Metros Lineares	Preço Unitário Estimado
Projeto 2	2	7,5 m	R\$ 105-120/un (R\$ 18-20/m)
Projeto 3	4	24,0 m	R\$ 105-120/un (R\$ 18-20/m)
TOTAL	9	49,5 m	R\$ 950-1.080

3) **Produto: Montantes duplos laterais:** O montante duplo lateral para porta em Steel Frame consiste em dois perfis C (montantes) colocados lado a lado para reforço estrutural em aberturas de portas, garantindo rigidez lateral e suporte de cargas verticais. Essa configuração segue as normas ABNT NBR 16970-1 (requisitos para LSF) e NBR 15253 (perfis de aço galvanizado), com espaçamento zero entre os perfis para maior estabilidade. Dimensões: Altura igual à parede (ex: 2,70 m para portas padrão), largura do perfil C: 90 mm ou 70 mm (comum para portas), espessura da chapa: 0,95 mm (mínimo para cargas moderadas), duplo: Dois montantes C justapostos, fixados com autoatarraxantes ou rebites. O Material e Revestimento é o aço ZAR 230 MPa (limite de escoamento 230 N/mm²), galvanizado Z275 (275 g/m² de zinco) para corrosão. Tolerâncias: ±1 mm em largura, ±0,05 mm em espessura, conforme NBR 15253 e NBR 6355. Para a fixação e execução deverá ser fixados em guias U superior e inferior com parafusos autoperfurantes (5,5x32 mm), reforço com bloqueadores horizontais a cada 60 cm para contenção lateral (NBR 16970-1), vedação com fitas butílicas nas juntas; espessura total dupla ~190 mm para portas pivotantes. Normas Aplicáveis: NBR 16970-1:2022: Requisitos de desempenho para sistemas LSF, incluindo montantes e guias. NBR 15253: Perfis C, U e acessórios para Steel Frame. NBR 16531: Projeto e execução de LSFS.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 02 montantes (unidades com 3,6 metros) ou 7,2 metros lineares;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 02 montantes (unidades com 3,6 metros) ou 7,2 metros lineares;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 02 montantes (unidades com 3,6 metros) ou 7,2 metros lineares.

Total: 6 montantes (unidade com 3,6 metros) ou 21,6 metros lineares.

Projeto	pares duplos (2 unid./porta)	Unidades Totais (3,6 m)	Metros Lineares	Preço Unitário
Projeto 1	1 porta (2 mont.)	2	7,2 m	R\$ 80-100/un
Projeto 2	1 porta (2 mont.)	2	7,2 m	R\$ 80-100/un
Projeto 3	1 porta (2 mont.)	2	7,2 m	R\$ 80-100/un
TOTAL	3 portas	6	21,6 m	R\$ 480-600

4) **Produto: Verga superior:** A verga superior em Steel Frame é o elemento horizontal reforçado acima de aberturas de portas e janelas, composto por montante duplo ou perfil C duplo para distribuir cargas e evitar deformações. Ela segue normas ABNT NBR 16970-1 (requisitos para LSF) e NBR 15253 (perfis de aço), garantindo estabilidade estrutural. As dimensões solicitadas são largura de 90 mm ou 140 mm (para aberturas até 1,20 m), espessura de 0,95 mm (duplo para reforço), comprimento de sobre medida de 10-20 cm além da abertura. Para configuração com Dois montantes C (ou C + U) justapostos, fixados com parafusos autoperfurantes. O Material e Revestimento é o aço ZAR 230 (230 MPa), galvanizado Z275 (275 g/m²), conforme NBR 6355 e NBR 14762. Tolerâncias: ±0,1 mm em espessura, furos ovais para montagem. Para fixação e execução suportadas por montantes laterais duplos, com bloqueadores a cada 40-60 cm. Fixação com 4-6 parafusos por extremidade (5,5x32 mm); reforço com chapas metálicas se abertura >1 m. Vedação com fita compressível para impermeabilização. As Normas Aplicáveis são: **NBR 16970-1:2022** (Projeto e

execução de sistemas LSF, incluindo vergas), **NBR 15253** (Perfis C/U para Steel Frame) e **NBR 16531** (Dimensionamento de LSFS).

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 01 montante (unidades com 3,6 metros) ou 3,6 metros lineares;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 01 montante (unidades com 3,6 metros) ou 3,6 metros lineares;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 01 montante (unidades com 3,6 metros) ou 3,6 metros lineares.

Total: 3 montantes (unidade com 3,6 metros) ou 10,8 metros lineares.

Projeto	Unidades (3,6 m)	Metros Lineares	Preço Unitário Estimado
Projeto 1	1	3,6 m	R\$ 160-200/un (duplo)
Projeto 2	1	3,6 m	R\$ 160-200/un (duplo)
Projeto 3	1	3,6 m	R\$ 160-200/un (duplo)
TOTAL	3	10,8 m	R\$ 480-600

5) **Produto: Fita Adesiva Banda Acústica:** fita de polietileno expandido (PEE) autoadesivo será usado em Steel Frame e Drywall para desacoplar estruturas, reduzindo transmissão de ruídos de impacto e vibrações entre perfis metálicos e guias. As dimensões solicitadas são respectivamente largura de 70 mm (sendo aceita 90 mm para perfis de 90 mm), espessura de 3 a 4 mm ($\pm 0,8$ mm), comprimento de 10 a 50 m por rolo. Com cor cinza ou branca. As propriedades mecânicas exigidas são densidade de 30-45 kg/m³ (ISO 845), resistência à compressão (25%) de 2,5-5,5 N/cm², (50%): 50-70 kPa, tensão de ruptura de 15 kgf/cm² longitudinal, alongamento de 150%. resistência ao rasgo de 10-150 N/cm, e deformação permanente máximo de 40%. A Aplicação e Desempenho será aplicada em guias U, perímetro de paredes e vergas para isolamento acústico, com temperatura de uso de -30°C a +70°C. Com boa resistência a UV, ozônio, óleo e flamabilidade (máx. 100 mm/min, FMVSS 302). Deve atender as Normas e Uso em Steel Frame e as especificações de fabricantes e normas como ISO 845, ASTM D1056 para sistemas LSF (NBR 16970-1). Onde serão vedadas completamente frestas para desempenho acústico $R_w \geq 45$ dB em paredes.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 100 metros lineares;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 50 metros lineares;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 100 metros lineares.

Total: 250 metros lineares.

Projeto	Metros Lineares	Rolos 10m (90mm x 3mm)	Preço por Rolo
Projeto 1	100 m	10 rolos	R\$ 70-80
Projeto 2	50 m	5 rolos	R\$ 70-80
Projeto 3	100 m	10 rolos	R\$ 70-80
TOTAL	250 m	25 rolos	R\$ 1.750-2.000

6) **Produto: Parafusos autobrocantes #8 mm x 25 mm flangeados PB:** Estes fixadores autoperfurantes específicos para Steel Frame, usados na união de perfis C, U e vergas, perfurando chapas de até 3 mm sem pré-furo. Suas dimensões e características são respectivamente diâmetro (#8): 4,2 mm (bitola padrão), comprimento: 25 mm, cabeça flangeada Phillips (PH #2, com trava anti-afrouxamento). Ponta

Broca #2 ou #3 (autoperfurante para metal fino), Rosca: Autoatarraxante soberba, inteira. O Material e Acabamento de aço carbono microligado com cementação, têmpera e revenimento; acabamento PB (zincado branco organometálico ou eletrolítico), resistente a 500+ h em névoa salina. Norma: ISO 10666. Sua Aplicação em Steel Frame com fixação montante-guia (mín. 3 parafusos por junta), vergas duplas e chapas; torque controlado (8-12 Nm). Quantidade: 20-30/m² de parede; pacote com 100-1000 unid. Deve atender as Normas Relacionadas: ABNT NBR 16970-1: Execução LSF. ISO 10666: Parafusos autobrocantes para metal. Compatível com NBR 15253 (perfis galvanizados).

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 150 unidades;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 100 unidades;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 200 unidades.

Total: 450 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	150	0,15	R\$ 22,50
Projeto 2	100	0,15	R\$ 15,00
Projeto 3	200	0,15	R\$ 30,00
Total	450	-	R\$ 67,50

7) **Produto: Parafusos autobrocantes #10 mm x 19 mm cabeça trompeta PB:** serão fixadores especificamente nas placas de gesso acartonado em perfis metálicos de Steel Frame ou Drywall, perfurando e rosqueando sem pré-furo em chapas finas (até 1 mm). As dimensões e características exigidas são diâmetro (#10) de 4,8 mm (bitola grossa para maior resistência), comprimento de 19 mm (ideal para gesso padrão de 12,5 mm), cabeça de Trompeta (afundada, baixa cilindro cônica para acabamento flush na placa), ponta autoperfurante tipo S ou broca fina (classe 48/TMN per EN 14566). Fenda: Phillips PH #2; rosca dupla (cruva para gesso, fina para metal). O Material e Acabamento de aço carbono temperado com cementação; acabamento PB (fosfatizado preto ou zincado orgânico fosco) para aderência e anticorrosão interna. Resistência à tração: >500 MPa; torque máx. 10-15 Nm. Aplicação em Sistemas Leves com Fixação de chapas de gesso em montantes C (espaçamento 40 cm); 20-40 unid./m². Usar parafusadeira 1.200-2.000 RPM; compatível com perfis 0,60-0,95 mm espessura. Em Steel Frame, priorizar para revestimentos internos. Deve exigir Normas Relacionadas a EN 14566 + A1: Parafusos para gesso laminado em perfis metálicos. ABNT NBR 16970-1: Execução LSF/Drywall. ISO 10666: Autobrocantes para estruturas leves.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 200 unidades;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 150 unidades;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 250 unidades.

Total: 600 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	200	0,12	R\$ 24,00
Projeto 2	150	0,12	R\$ 18,00
Projeto 3	250	0,12	R\$ 30,00
Total	600	-	R\$ 72,00

8) **Produto: Parafusos de 6 mm x 100 mm com rosca para madeira e concreto:** para fixação em estruturas mistas, combinando rosca grossa para penetração em madeira e ponta autoatarraxante para concreto leve, ideais para projetos como steel frame ou montagens em alvenaria. Com diâmetro de 6 mm (ou 6,1 mm aproximado), comprimento de 100 mm, cabeça chata ou discoidal (cerca de 14-15 mm de diâmetro) e galvanização para resistência à corrosão. A rosca deve ser parcial (meio-fio), com ponta cortante tipo Type 17 ou saca-rolhas, facilitando instalação sem pré-furo em madeiras macias; para concreto ou madeiras duras, recomenda-se furo piloto de 4 mm. Recomenda-se uso de broca Torx TX30 ou Phillips para torque eficiente, evitando quebras. Como parâmetro exigimos a similaridade com a marca Wovar (galvanizado ou inox) ou nacionais como Renna e EBF, com aço SAE 1015 temperado.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 60 unidades;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 45 unidades;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 55 unidades.

Total: 160 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	60	0,35	R\$ 21,00
Projeto 2	45	0,35	R\$ 15,75
Projeto 3	55	0,35	R\$ 19,25
Total	160	-	R\$ 56,00

9) **Produto: Buchas de nylon S10 de expansão de 10 mm:** material plástico fixados em concreto e alvenaria para instalações seguras de cargas leves a médias. Com as especificações técnicas de diâmetro externo de 10 mm, comprimento de 50 mm e furo de 10 mm de profundidade mínima de 70 mm. Fabricadas em nylon cinza de alta qualidade como parâmetro exigimos a similaridade com a marca Fischer, expandem em 2 ou 4 vias ao inserir parafusos de 6 a 8 mm, com bloqueios anti-rotação e aba para evitar deslizamento ou danos na superfície. Serão instaladas em concreto sólido (até 65-110 kgf de carga), bloco cerâmico ou tijolo oco (cerca de 7-30 kgf). Comumente utilizadas como prateleiras, quadros, rodapés, calhas e acessórios elétricos/plumbing. Recomenda-se a limpeza de todo o pó do furo após perfuração para máxima resistência; use parafusos autoperfurantes ou métrica 6-8 mm. Com resistência de -40°C a +80°C e são compatíveis com parafusos de madeira.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 60 unidades;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 45 unidades;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 55 unidades.

Total: 160 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	60	0,45	R\$ 27,00
Projeto 2	45	0,45	R\$ 20,25
Projeto 3	55	0,45	R\$ 24,75
Total	160	-	R\$ 72,00

10) **Produto: Molduras de PVC branco para forro PVC:** perfis plásticos projetados para acabamento perimetral em tetos modulares de PVC, oferecendo resistência à umidade e instalação rápida por encaixe. As especificações técnicas exigidas são a fabricação em policloreto de vinila (PVC) rígido branco, com dimensões comuns de 9 cm (largura meia-cana) ou 2,5 cm (perfil U) x 400 cm de comprimento e espessura de 0,8 cm. Devem ser recortáveis, leves (cerca de 0,5-1 kg/unidade), resistentes à umidade e corrosão, com garantia de 3 meses contra defeitos, devem suportar instalação em ambientes internos ou sacadas sem propagar chamas. As aplicações recomendadas são meia-cana (arredondada para bordas suaves em cozinhas e banheiros) e perfil U (reto para encaixe linear em forros lisos ou frisados). Usadas para fixação em estruturas de sarrafo ou metalon (espaçamento máx. 50 cm), evitando goteiras e insetos. Recomendação encaixe nas régua de PVC e fixe com parafusos ou pregos a cada 40-50 cm, corte em 45° para cantos. Exigimos a similaridade com marcas como Bariri, Permatti ou Madex, para garantir a durabilidade.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 2 barras (unidade de 6 metros) ou 10,40 metros lineares;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 2 barras (unidade de 6 metros) ou 8,7 metros lineares;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 3 barras (unidade de 6 metros) ou 14,9 metros lineares.

Total: 7 barras de 6 metros ou 34 metros lineares.

Projeto	Barras (6 m)	Metros Lineares	Preço Barra (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	2	10,40	28	R\$ 56
Projeto 2	2	8,70	28	R\$ 56
Projeto 3	3	14,90	28	R\$ 84
Total	7	34	-	R\$ 196

11) **Produto: Folha de porta lisa 0,80x2,10 m com 35 mm de espessura, de madeira, para steel frame, cor mogno, deve atender normas ABNT NBR 16970 (Light Steel Framing) e NBR 15930-2 (desempenho de portas)**, sendo um painel leve com estrutura interna reforçada para vãos metálicos. Com dimensões: 800 mm largura x 2100 mm altura x 35 mm espessura (peso 10-15 kg), miolo colmeia em pinus/MDF com reforços perimetrais em madeira multilaminada (densidade $\geq 500 \text{ kg/m}^3$). Acabamento selado para pintura UV mogno sobre lâmina melamínica, folga 3-4 mm para batente steel frame Z275; isolamento acústico $R_w \geq 25 \text{ dB}$, térmico $R \geq 0,8 \text{ m}^2\text{K/W}$ (NBR 16970-1), ignífugo B-s1,d0; abertura esquerda (dobradiças direita, conforme NBR 15930). Recomendação de aplicações em Steel Frame, portas internas em paredes drywall leve (perfis C/U 70-92 mm). Para residências/comerciais com tráfego moderado (500 ciclos/ano). Ambientes secos/molháveis, fixada em guias metálicas NBR 15253. Recomendação de instalação (NBR) alinhar com nível laser em batente steel frame, usar 3 dobradiças autoatarraxantes ST4.8x32 mm (20/110/20 cm), aplicação de massa acrílica joint e verniz PU após 24h cura do primer. E realizar teste abertura de fixação definitiva.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 1 unidade;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 1 unidade;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 1 unidade.

Total: 3 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	1	270	R\$ 270,00
Projeto 2	1	270	R\$ 270,00
Projeto 3	1	270	R\$ 270,00

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Total	3	-	R\$ 810,00

12) **Produto: Batente regulável 75-115 mm com guarnições em HDF (High Density Fiberboard, um painel de fibras de madeira de alta densidade, geralmente acima de 800-1000 kg/m³, mais rígido e resistente que o MDF comum) nas 3 faces, compatível com folhas de porta de madeira lisa 35 mm, oferecendo ajuste preciso em paredes variáveis::** conjunto de moldura ajustável para portas em paredes de drywall ou steel frame, com hastes telescópicas para adaptação precisa à espessura da parede. Sua especificação técnica é composto por 2 pernas laterais (2150-2200 mm cada), cabeçalho superior (1000 mm) e guarnições HDF (3 mm espessura, densidade ≥ 850 kg/m³, umidade $\leq 7\%$, classe E1 formaldeído). Regulagem via haste fixa (HF 35 mm) + ajustável (HA 20-40 mm) para paredes 75-115 mm; reforço para 3 dobradiças e fechadura; acabamento primer branco melamínico ou hidroflexível, com borracha anti-impacto em 3 faces; peso ~15 kg, ignífugo B-s1,d0. Aplicação Principal vãos de portas 80x210 cm em paredes steel frame (70-92 mm) ou alvenaria fina. Kits porta pronta com folhas primer 35 mm (madeira/PVC mogno). Para residências/comerciais internas, instalação rápida sem cortes. Recomendações de Instalação, nivelar com buchas nylon 10 mm em concreto ou autoatarraxantes ST4.2 em perfis metálicos (espaço 30 cm), ajustar hastes com chave Allen e vedar juntas com massa acrílica. Compatível com abertura esquerda e folhas steel frame.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 1 unidade;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 1 unidade;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 1 unidade.

Total: 3 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	1	180	R\$ 180,00
Projeto 2	1	180	R\$ 180,00
Projeto 3	1	180	R\$ 180,00
Total	3	-	R\$ 540,00

13) **Produto: Kit ferragem com 3 dobradiças + fechadura + puxador:** conjunto completo para instalação de portas internas (folha 35 mm, batente regulável HDF), garantindo giro suave e segurança básica. Especificações Típicas das 3 (três) dobradiças: Aço inox 304 ou zamac, tamanho 89x58 mm (3,5"), espessura 2-3 mm, capacidade 30-45 kg total, pino com rolamento, acabamento branco/cromado, parafusos ST4.2x32 mm inclusos. Fechadura modelo WC ou simples, corpo latão/zamac com 2 chaves, contra-pino para alvenaria/steel frame, furo 50x35 mm padrão. Puxador em alumínio tubular 120-200 mm, diâmetro 25 mm, dupla face (interno/externo), espaçamento furos 30-40 cm. Aplicação principal portas de madeira mogno (80x210 cm, abertura esquerda) em steel frame. Kits porta pronta com batente 75-115 mm, tráfego residencial moderado. Recomendação de instalação, posicionar dobradiças a 20/110/20 cm da borda, recorte fechadura a 98 cm altura, teste alinhamento antes de apertar. Compatível com HDF e folhas colmeia.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 1 unidade;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 1 unidade;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 1 unidade.

Total: 3 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	1	85	R\$ 85,00
Projeto 2	1	85	R\$ 85,00
Projeto 3	1	85	R\$ 85,00
Total	3	-	R\$ 255,00

14) **Produto: Lã mineral de 50 mm:** isolante termoacústico em painéis flexíveis ou semi-rígidos, fabricado a partir de rochas basálticas fundidas, ideal para sistemas construtivos como steel frame e drywall. Sua especificação técnica possui dimensões padrão com 600x1350 mm, com espessura 50 mm, densidade 30-100 kg/m³ (típico 40-96 kg/m³), condutividade térmica $\lambda \approx 0,034-0,037$ W/m·K, resistência térmica $R \approx 1,35$ m²·K/W. Absorção acústica $\alpha_w \geq 0,85$ (classe B/C), ignífugo A1/A2 (ponto de fusão >1000°C), 100% reciclável, baixa emissão formaldeído; embalagem cobre 9,72-12,96 m² (11-14 painéis). Aplicação principal no preenchimento de paredes divisórias, forros e tetos falsos em steel frame. Com isolamento térmico/acústico em residências, comércios e reabilitações. Compatível com batentes reguláveis HDF e folhas porta 35 mm. Recomendações de Instalação com corte com estilete, fixação entre perfis metálicos (espaço ≤ 60 cm) usando arame galvanizado, use EPI (máscara, luvas). Evitar compressão >10% para manter desempenho.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 37,44 m²;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 22,66 m²;
- Projeto 3 – Alojamento Sd/Cb: 44,78 m².

Total: 104,88 m².

Projeto	Área (m ²)	Preço Unitário (R\$/m ²)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	37,44	28	R\$ 1.048,00
Projeto 2	22,66	28	R\$ 634,00
Projeto 3	44,78	28	R\$ 1.254,00
Total	104,88	-	R\$ 2.936,00

15) **Produto: Chapas de gesso 12,5 mm tipo ST (Standard) para dupla face:** painéis de drywall padrão usados em sistemas de paredes, forros e revestimentos internos, aplicáveis em ambas as faces de estruturas steel frame ou perfis metálicos. Suas especificações técnicas tem dimensões padrão com espessura 12,5 mm ($\pm 0,5$ mm), largura 1200 mm (+0/-4 mm), comprimento 2600 mm (+0/-5 mm), peso 8-8,2 kg/m². Núcleo de gesso laminado contínuo entre papel-cartão cinza (frente) e pardo (verso), resistência à flexão longitudinal ≥ 550 N e transversal ≥ 210 N, dureza superficial ≤ 20 mm (diâmetro). Bordas BR (rebaixadas) para juntas com fita e massa; conforme ABNT NBR 14715. Aplicações em Dupla Face nas paredes divisórias steel frame com lã mineral 50 mm no meio (isolamento acústico/termicamente). O sistema com batente regulável HDF 75-115 mm e folhas, porta 35 mm mogno. Será aplicado em áreas secas internas (quartos, salas), sem umidade direta. Recomendações de Instalação, fixar com parafusos TA25 (estrutura) e TA45 (dupla face) a cada 20-25 cm nas bordas e 30 cm no campo, aplicar fita microperfurada + massa joint em juntas. Para dupla face, sobrepor chapas com deslocamento 600 mm vertical.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 17 chapas (1,20 m x 2,44 m = 2,93 m² - efetivo 2,6 m²);
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 11 chapas (1,20 m x 2,44 m = 2,93 m² - efetivo 2,60 m²);
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 52 chapas (1,20 m x 2,44 m = 2,93 m² - efetivo 2,60 m²).

Total: 80 chapas.

Projeto	Chapas (unid.)	Área Efetiva (m²)	Preço Chapa (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	17	44,20	40	R\$ 680,00
Projeto 2	11	28,60	40	R\$ 440,00
Projeto 3	52	135,20	40	R\$ 2.080,00
Total	80	208	-	R\$ 3.200,00

- 16) **Produto: Tela de gesso com fita de fibra de vidro 50 mm auto-adesiva:** se trata de um reforço telado usado no tratamento de juntas entre chapas de gesso ST 12,5 mm (dupla face), evitando trincas e fissuras em sistemas drywall/steel frame. Sua especificação técnica com malha tecida de fibra de vidro alcalina-resistente (8x8 fios/pol), largura 50 mm, espessura 0,2-0,4 mm, rolo de 75-100 m linear, autoadesiva com silicone acrílico (adesão $\geq 1,5$ N/cm). Resistência à tração ≥ 300 N/5 cm (ABNT NBR 13318 para fitas em gesso), alcalinidade pH 8-10, não propaga chama (B1), peso 90-120 g/m². Aplicação principal reforço em juntas longitudinal/transversal de chapas gesso ST 12,5 mm com lâ mineral 50 mm. Sistemas dupla face em paredes steel frame com batente regulável HDF 75-115 mm. Acabamento com massa joint para superfícies lisas (RW ≥ 35 dB). Recomendação de Instalação (NBR 14715), centralizar fita sobre juntas limpas/secas, pressionar com espátula; aplicar 1ª camada massa joint (20 cm largura), lixar após 24h, 2ª camada fina. Evite sobreposição >5 cm.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 80 metros;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 60 metros;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 100 metros.

Total: 240 chapas.

Projeto	Metros Lineares	Preço Unitário (R\$/m)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	80	2,50	R\$ 200,00
Projeto 2	60	2,50	R\$ 150,00
Projeto 3	100	2,50	R\$ 250,00
Total	240	-	R\$ 600,00

- 17) **Produto: Massa para juntas e acabamento de drywall 20 kg:** um pó à base de gesso de alta aderência usado no tratamento de juntas de chapas ST 12,5 mm (dupla face), com fita fibra de vidro 50 mm, garantindo superfícies lisas sem trincas. Especificações Técnicas na embalagem de 20 kg (saco), rendimento médio 0,35 kg/m² de chapa, tempo entre demãos 40-60 min, tempo de trabalho no balde 90 min, validade 10 meses. Fórmula simplificada (mistura com 50-60% água), baixa emissão formaldeído (E1), conformidade ABNT NBR 15758; cor branca, consistência cremosa após preparo. Aplicação Principal primeira demão sobre fita fibra vidro em juntas longitudinais/transversais. Arremate de parafusos e cantoneiras metálicas HDF em steel frame. Acabamento fino em paredes com lâ mineral 50 mm e batente regulável. Recomendação de Instalação, misturar mecanicamente 3 min até homogêneo, aplicar primeira camada (20 cm largura), lixar após secagem, segunda fina, evitar excesso para evitar retração. Compatível com folhas porta 35 mm mogno.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 2 sacos de 20 Kg – 40 Kg;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 1 saco de 20 Kg – 20 Kg;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 3 sacos de 20 Kg – 60 kg.

Total: 6 sacos de 20 Kg – 120 Kg.

Projeto	Sacos (20 kg)	Peso Total (kg)	Preço Saco (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	2	40	38	R\$ 76,00
Projeto 2	1	20	38	R\$ 38,00
Projeto 3	3	60	38	R\$ 114,00
Total	6	120	-	R\$ 228,00

18) **Produto: Rodapé cerâmico de 10 cm com colante e rejunte (bilateral):** uma peça de acabamento para pisos em cerâmica/porcelanato, cor/textura idêntica ao piso instalado, aplicada em ambas as faces de paredes para proteção contra umidade e impactos. Especificações Técnicas respectivamente altura nominal 100 mm, comprimento 400-800 mm, espessura 8-10 mm, absorção de água $\leq 0,5\%$ (grupo Ia, ABNT NBR 15845), resistência à abrasão PEI III-IV (NBR 12042), retificação com junta mínima 1-2 mm. Suporta tráfego residencial/comercial moderado, acabamento esmaltado ou natural. Colante e Rejunte (NBR) Colante: AC II F1 (NBR 14081), flexível cimento/polímero, espessura 3-5 mm, aderência $\geq 1,0$ MPa (NBR 13753).

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 1,15 m²;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 0,95 m²;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 1,63 m².

Total: 3,73 m².

Projeto	Área (m ²)	Preço Unitário (R\$/m ²)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	1,15	85	R\$ 98,00
Projeto 2	0,95	85	R\$ 81,00
Projeto 3	1,63	85	R\$ 139,00
Total	3,73	-	R\$ 318,00

19) **Produto: Seladora para paredes internas de steel frame:** uma tinta preparadora à base de resina PVA ou acrílica que uniformiza a porosidade de superfícies drywall (chapas gesso ST 12,5 mm com massa joint 20 kg), melhorando a aderência de tintas de acabamento. Viscosidade 40-60 s (copo Ford 4), diluição 1:1 água, rendimento 40-50 m²/lata (10-20 m²/L aplicado), secagem ao toque 30 min / recuo 4h, acabamento fosco. pH 8-9, sólidos voláteis $\geq 45\%$, baixas VOC (< 50 g/L), compatível com NBR 16970-1 (Light Steel Framing) para paredes internas secas. Aplicações em Steel Frame através de imprimização de juntas reforçadas com fita fibra vidro 50 mm e massa drywall 20 kg. Preparação prévia a pintura acrílica PVA ou PV matte em divisórias dupla face com lã mineral 50 mm. Uso sobre batentes reguláveis HDF 75-115 mm e folhas porta primer mogno. Recomendações de Instalação (NBR 16970), aplicação uma demão com rolo de lã curto ou pincel em paredes curadas (28 dias), temperatura 10-35°C, umidade relativa $< 85\%$; evita microfissuras e bolhas. Dilua conforme fabricante para drywall novo.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: rendimento 15 m²/Litro - área 37,44 m² - volume necessário 2,5 litros;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: rendimento 15 m²/Litro – área 24,84 m² - volume necessário 1,66 litros;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: rendimento 15 m²/Litro – área 59 m² - vol. necessário 3,93 litros;

Total: 8,09 litros.

Projeto	Área (m²)	Rendimento (m²/L)	Volume (L)	Preço (R\$/L)	Unitário	Subtotal (R\$)
Projeto 1	37,44	15	2,50	18		R\$ 45,00
Projeto 2	24,84	15	1,66	18		R\$ 30,00
Projeto 3	59,00	15	3,93	18		R\$ 71,00
Total	121,28	-	8,09	-		R\$ 146,00

- 20) **Produto: Massa corrida PV para emassamento de paredes steel frame:** um revestimento nivelador à base de resina PVA e cargas minerais usado sobre seladora em superfícies drywall (chapas ST 12,5 mm com massa joint 20 kg), corrigindo imperfeições para acabamento liso. Especificações Técnicas com densidade 1,65-1,9 g/cm³, pH 8-9, absorção de água ≤15% (ABNT NBR 15348), resistência à abrasão ≤10 g (NBR 15312), secagem 2-4h entre demãos, rendimento 1,5-2 m²/kg/demão (2-3 demãos, espessura 0,5-2 mm). Baixas VOC (<50 g/L), tipo 4.7.2 (NBR 11702/17202), embalagem 15-20 kg. Aplicações em Steel Frame com nivelamento fino sobre drywall selado com fita fibra vidro 50 mm (NBR 16970-1). Preparação para pintura em divisórias dupla face com lã mineral 50 mm e batentes HDF 75-115 mm. Correção em juntas e parafusos em paredes internas secas (RW ≥35 dB). Recomendações de Instalação (NBR 11702). Aplicação com desempenadeira após seladora curada (24h), lixamento com lixa 180-220, temperatura 10-35°C, umidade <85%. Compatível com folhas porta mogno 35 mm e rodapé cerâmico 10 cm.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: rendimento 1,75 m²/Kg – 2 demãos - área 37,44 m² - volume 38 Kg;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: rendimento 1,75 m²/Kg – 2 demãos - área 24,84 m² - volume 28 Kg;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: rendimento 1,5 m²/Kg – 2 demãos - área 59 m² - volume 68 Kg.

Total: 134 Kg.

Projeto	Área (m²)	Rendimento (m²/kg, 2 demãos)	Volume (kg)	Preço (R\$/kg)	Unitário	Subtotal (R\$)
Projeto 1	37,44	1,75	38	2,20		R\$ 84,00
Projeto 2	24,84	1,75	28	2,20		R\$ 62,00
Projeto 3	59,00	1,50	68	2,20		R\$ 150,00
Total	121,28	-	134	-		R\$ 296,00

21) **Produto: Tinta para paredes internas com pintura de 2 demãos de PVA branca:** a tinta de melhor qualidade lavável exigida é a categoria Super Premium (acrílica PVA premium ou latex PVA super lavável), classificada conforme ABNT NBR 11702 (classe 4.5 ou superior para cobertura e lavabilidade) e NBR 15987. Suas características principais são alta resistência à lavagem (até 1.000 ciclos sem perda de brilho), excelente cobertura (classe 1), fungicida incorporado e secagem rápida (1h ao toque), ideais para ambientes internos com limpeza frequente. Exigência de similaridade com as marcas Metalatex Super Lavável Fosco (Sherwin-Williams), Rekolor Gold Super Lavável (Renner) ou Toque de Seda Lavável (Suvinil), com rendimento de 50-60 m²/demão (18L). Sua especificação Técnica (NBR 13245). Preparação: Selador PVA + 2 demãos de PVA super premium branca diluída 10-20% água; intervalo 4h; aplicação com rolo lã sintética. Condições: Temperatura 10-40°C, umidade <85%; massa corrida PVA prévia para nivelamento (lixa grão 280). Rendimento e Durabilidade: 200-300 m²/galão total; garantia 5-7 anos com manutenção NBR 5674.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: rendimento 55 m²/Litro - área 37,44 m² - 2 demãos - volume 2,72 litros;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: rendimento 55 m²/Litro - área 24,84 m² - volume necessário 0,90 litros;
- Projeto 3 - Alojamento Sd / Cb: rendimento 55 m²/Litro - área 59 m² - vol. necessário 4,3 litros;

Total: 7,92 litros.

Projeto	Área (m²)	Rendimento (m²/L, 2 demãos)	Volume (L)	Preço Unitário (R\$/L)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	37,44	27,50	2,72	22	R\$ 60,00
Projeto 2	24,84	27,50	0,90	22	R\$ 20,00
Projeto 3	59,00	27,50	4,30	22	R\$ 95,00
Total	121,28	-	7,92	-	R\$ 175,00

22) **Produto: Tinta para paredes internas com pintura de 2 demãos de PVA branca:** adequada para o alisamento inicial ou médio de emassamento em paredes de gesso acartonado ou reboco, removendo imperfeições maiores após aplicação de massa corrida PVA, conforme preparação para pintura pela ABNT NBR 13245. Aplicação em Paredes de Gesso utilizando lixa de folha ou rolo com grão 120 (médio-grossa, FEPA P120) em lixamento seco, sobre massa corrida PVA seca (24h após aplicação), para nivelar irregularidades sem expor o gesso subjacente. Progrida para grãos 220-320 no acabamento fino; evite lixa d'água em gesso para não danificar a superfície por absorção excessiva.

Especificação Técnica (NBR 13245) Tipo: Lixa carbono (C) ou óxido de alumínio em papel leve (tipo K ou F), costado reforçado anti-ruptura, dimensões 225x275mm ou rolo. Condições de aplicação para superfície seca, poeira removida por aspirador/pano úmido após lixar; use EPI (máscara NR-35); temperatura 10-35°C.

Rendimento: 20-50 m² por folha em gesso emassado; descarte se entupir com massa. Para gesso novo, aplique selador antes da pintura PVA branca super lavável.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 15 unidades;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 10 unidades;
- Projeto 3 - Alojamento Sd / Cb: 25 unidades;

Total: 50 unidades.

Projeto	Unidades	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	15	1,20	R\$ 18,00
Projeto 2	10	1,20	R\$ 12,00
Projeto 3	25	1,20	R\$ 30,00

23) **Produto: Lixa grão 180:** indicada para o alisamento intermediário ou semi-acabamento de emassamento em paredes de gesso, após massa corrida PVA, conforme preparação de superfícies da ABNT NBR 13245. Para aplicação em Paredes de Gesso. Usada lixa grão 180 (FEPA P180, média) em lixamento seco para remover marcas leves de espátula e irregularidades após emassamento inicial, progredindo de grão 120 (desbaste) para 220-240 (acabamento fino). Ideal para gesso acartonado ou reboco emassado, evitando danificar o substrato; remova poeira com aspirador ou pano úmido após lixar. Especificação Técnica (NBR 13245). Tipo: Lixa de folha ou disco para lixadeira de parede (225x275mm), grão 180 carbono C ou óxido de alumínio, suporte papel E ou F, flexível anti-entupimento. Condições: Aplicar após massa corrida seca (24h), temperatura 10-35°C, umidade <80%; use EPI (luvas, máscara PFF2 NR-6). Rendimento: 30-60 m² por pacote (10 folhas); compatível com lixadeiras de disco 225mm velcro. Prossiga para selador PVA antes das 2 demãos de tinta branca super lavável.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 15 unidades;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 10 unidades;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 25 unidades;

Total: 50 unidades.

Projeto	Unidades	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	15	1,30	R\$ 20,00
Projeto 2	10	1,30	R\$ 13,00
Projeto 3	25	1,30	R\$ 33,00
Total	50	-	R\$ 66,00

24) **Produto: Argamassa cimentícia tipo II (AR II) conforme ABNT NBR 14992:** adequada para rejuntamento de rodapé cerâmico em paredes de steel frame, garantindo alta durabilidade em áreas internas ou externas com baixa absorção de peças (grupo BIIa/BIIb). Requisitos da NBR 14992. A AR II atende requisitos mínimos como retenção de água ≥88%, resistência à compressão ≥20 MPa, resistência à tração na flexão ≥2,5 MPa, absorção por capilaridade ≤0,6 g/cm² e permeabilidade ≤6 cm³ aos 240 min, sendo indicada para placas cerâmicas de baixa absorção (<3%), tráfego intenso ou juntas de movimentação. Aplicação em Steel Frame

Misture pó com água potável (proporção pelo fabricante, ex. 5-6 L/saco 20kg), aplique com espátula de borracha em juntas de 2-4 mm no rodapé cerâmico (altura 10 cm, cor/textura similar ao piso), sobre emboço regularizado ou chapisco em OSB/placa gesso acartonada; limpe excesso em 20-30 min e cure por 72h antes de pintura PVA. Consumo: 0,5-2 kg/m² dependendo da junta; temperatura 5-35°C, umidade relativa <90%. Compatibilidade para steel frame, prefira AR II flexível com aditivos poliméricos. É exigida a similaridade a marca Quartzolit Rejunte Premium ou Votoran Flex, evitando retração excessiva (>0,6 mm/m); atende NBR 13754 para paredes internas e NBR 14081 se combinada com colante AC II.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: área 1,15 m² - rendimento 1,25 Kg/m² - volume necessário 1,44 Kg;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: área 0,95 m² - rendimento 1,25 Kg/m² - volume necessário 1,19 Kg;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: área 1,63 m² - rendimento 1,25 Kg/m² - vol. necessário 2,04 Kg;

Total: 4,67 Kg.

Projeto	Área (m²)	Rendimento (kg/m²)	Volume (kg)	Preço (R\$/kg)	Unitário	Subtotal (R\$)
Projeto 1	1,15	1,25	1,44	1,50		R\$ 2,00
Projeto 2	0,95	1,25	1,19	1,50		R\$ 2,00
Projeto 3	1,63	1,25	2,04	1,50		R\$ 3,00
Total	3,73	-	4,67	-		R\$ 7,00

25)

26) **Produto: Rejunte epóxi:** ideal para juntas <2 mm entre peças cerâmicas como rodapés de 10 cm de altura em paredes de steel frame, oferecendo alta resistência química, impermeabilidade e estética uniforme conforme ABNT NBR 14931 (Argamassas à base de resina epóxi para assentamento e rejuntamento de peças cerâmicas). Especificação Técnica (NBR 14931). Produto bicomponente (resina epóxi + endurecedor), tipo RE 1 ou RE 2, com viscosidade ajustável para juntas finas (1-5 mm), tempo de trabalhabilidade 30-60 min (25°C), cura inicial 4-6h e resistência à compressão >50 MPa após 7 dias. Indicado para peças de baixa absorção (grupo BIIa/BIIb), cor personalizável similar ao piso existente (ex. cinza ou branco), sem retração (>0,4%) e alta aderência em substratos como emboço de steel frame. Para aplicação em Rodapé Cerâmico Misturar componentes A:B (proporção pelo fabricante, ex. 9:1), aplicar com espátula de borracha em juntas <2 mm após assentamento com argamassa AC II, remover excesso em 20-40 min com pano úmido e acetona; curar 24-72h antes de pintura PVA super lavável. Consumo: 0,3-0,8 kg/m² para juntas finas; condições 10-35°C, umidade <85%; use EPI (luvas nitrílicas NR-6). Compatível com NBR 13754 para paredes internas.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 2 Kg;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 1 Kg;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 3 Kg;

Total: 6 Kg.

Projeto	Quantidade (kg)	Preço Unitário (R\$/kg)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	2	45	R\$ 90,00
Projeto 2	1	45	R\$ 45,00
Projeto 3	3	45	R\$ 135,00
Total	6	-	R\$ 270,00

27) **Produto: Silicone acrílico:** para vedação flexível nas bordas parede-piso em steel frame, acomodando movimentações estruturais e prevenindo infiltrações de umidade. Seguir a norma principal conforme ABNT NBR 15575-4 (vedações verticais internas), o selante deve garantir estanqueidade (permeabilidade à água ≤ valor referência) e durabilidade (vida útil ≥25 anos em áreas internas), com aderência em substratos porosos como emboço, gesso, cerâmica ou OSB, módulo de elasticidade baixo (E <2 MPa) para juntas de 3-10 mm. A Especificação Técnica do produto monocomponente à base de acrílico modificado (MS Polymer ou híbrido), cura por umidade ambiente (pele 20-40 min, total 3-7 dias), deformação admissível ±25%, resistência a fungos/mofos, não corrosivo para aço galvanizado (steel frame), cor branca/cinza similar ao rodapé cerâmico. Densidade 1,4-1,6 g/cm³, consumo 5-10 m linear/cartucho 280-450 mL; compatível com rejunte epóxi marca similar a Colatech e pintura PVA super lavável após cura. Aplicação em Bordas após limpar junta (profundidade 5 mm, largura 5-8 mm) com escova/pano; preencha com pistola, alise com espátula umedecida em água/sabão; proteja com fita crepe. Temperatura 5-40°C, umidade <90%; cure 48h antes de tráfego ou pintura. É exigido similaridade de qualidade como a da marca Vedaflex Super MS (Vedacit) ou Sikaflex MS.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 1 Kg;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 0,5 Kg;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 1,5 KG;

Total: 3 Kg.

Projeto	Quantidade (kg)	Preço Unitário (R\$/kg)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	1,0	35	R\$ 35,00
Projeto 2	0,5	35	R\$ 18,00
Projeto 3	1,5	35	R\$ 53,00
Total	3,0	-	R\$ 106,00

28) **Produto: Tomada dupla 10A branca, padrão NBR 14136:** para instalações elétricas em steel frame, com qualidade similar a Schneider ou Power, garantindo segurança e compatibilidade em paredes internas com gesso acartonado. Norma Principal conforme ABNT NBR 14136-1 (tomadas de uso geral até 20A) e NBR NM 60884-1, possui configuração 2P+T (dois pinos fase/neutro 4mm + terra), tensão 127/220V, corrente nominal 10A, grau de proteção IP20/IP44, corpo em termoplásticos antichamas (V0 UL94), terminais laterais auto-fechantes para fios flexíveis 2,5mm². Especificação Técnica dimensões: Módulo 4x2 (80x80mm), profundidade 30-40mm; cor branco puro (RAL 9010), acabamento fosco para pintura PVA super lavável. Instalação em Steel Frame: Fixação em caixa embutida 4x2 (NBR 5685) sobre placa gesso/OSB regularizada, com parafusos autoatarraxantes; disjuntor termomagnético 10A curva C (NBR 5410). Desempenho: Ciclos mecânicos >10.000, isolamento >2MΩ, resistência ao impacto IK04; bivolt opcional com proteção diferencial (DR). Compatibilidade com marcas equivalentes: Ilumi Slim, Fame ou Scame DIN (qualidade premium); similar Schneider Combo 10A. Instalar após vedação silicone acrílico borda parede-piso e rejunte epóxi rodapé cerâmico.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 4 unidades;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 4 unidades;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 6 unidades;

Total: 14 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	4	18	R\$ 72,00
Projeto 2	4	18	R\$ 72,00
Projeto 3	6	18	R\$ 108,00
Total	14	-	R\$ 252,00

29) **Produto: Interruptor simples 10A branco, padrão NBR 14136:** para instalações em steel frame, com qualidade similar à Schneider ou Power, garantindo acionamento confiável de iluminação em paredes com gesso acartonado. Norma Principal conforme ABNT NBR 14136-1 (tomadas e interruptores de uso geral) e NBR NM 60669-1, possui configuração simples (1 tecla), tensão 127/220V~ ou bivolt, corrente 10A, grau de proteção IP20/IP44, corpo em policarbonato antichamas (V0 UL94), terminais laterais para fios 1,5-2,5 mm²

flexíveis. Especificação Técnica dimensões: Módulo 4x2 (80x80 mm), profundidade 25-35 mm; cor branco puro (RAL 9010), acabamento fosco para pintura PVA super lavável sobre rejunte epóxi e vedação silicone acrílico. Instalação em Steel Frame: Fixação em caixa embutida 4x2 (NBR 5685) com parafusos autoatarraxantes em OSB/placa gesso; compatível com disjuntor 10A curva C (NBR 5410). Desempenho: Ciclos de operação >20.000, isolamento >5 MΩ, resistência ao impacto IK04; proteção UV anti-amarelamento. Compatibilidade com as marcas equivalentes: Ilumi i9/Vivaz, Tramontina Lux2 ou Pezzi (premium como Schneider); instalar após rodapé cerâmico rejuntado e vedação borda parede-piso.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 2 unidades;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 2 unidades;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 2 unidades;

Total: 6 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	2	16	R\$ 32,00
Projeto 2	2	16	R\$ 32,00
Projeto 3	2	16	R\$ 32,00
Total	6	-	R\$ 96,00

30) **Produto: Caixa embutida PVC 4x4 cm com bucha rápida:** para instalações elétricas em steel frame, fixando tomadas duplas 10A ou interruptores simples em paredes de gesso acartonado ou OSB, conforme ABNT NBR 5685 (caixas de passagem elétricas). Norma Principal a NBR 5685 e NBR 15465 estabelecem requisitos para caixas plásticas antichamas (V0 UL94), grau IP40 (proteção contra poeira e respingos), com orelhas reforçadas não enferrujantes, espaço interno ≥25% superior ao padrão (para fios 2,5mm²) e entradas múltiplas para eletrodutos ½" a 1" (PVC corrugado). Especificação Técnica dimensões: 105x105x50-60 mm (4x4"), cor amarela ou preta (padrão), material PVC rígido antichama; bucha rápida (autotravante ou push-fit) para fixação sem parafusos em perfis steel C ou U (espessura 0,8-1,6 mm). Características: Fundo fixo/removível, bordas chanfradas para emboço/gesso, resistência IK08 ao impacto; similar Schneider Tigre ou Power Krona. Compatibilidade: Aceita mecanismos 4x2 (tomada dupla 10A + interruptor simples), bivolt, após vedação silicone acrílico borda parede-piso e rodapé cerâmico rejuntado epóxi. Instalação em Steel Frame. Perfure perfil metálico com broca 68-75 mm, insira bucha rápida (expansão automática), encaixe caixa em prumo com nível laser, fixe eletroduto; aplique chapisco ou massa corrida PVA antes da pintura super lavável branca. Rendimento: 1 caixa por ponto elétrico (NBR 5410).

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 2 unidades;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 2 unidades;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 2 unidades;

Total: 6 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	2	4,50	R\$ 9,00
Projeto 2	2	4,50	R\$ 9,00
Projeto 3	2	4,50	R\$ 9,00

31) **Produto: Eletroduto corrugado PVC branco:** padrão para instalações elétricas em steel frame, protegendo cabos de 1,5-2,5 mm² para tomadas 10A e interruptores, com flexibilidade para curvas nos perfis metálicos.

Norma Principal conforme ABNT NBR 15465 (eletrodutos corrugados de PVC não propagantes de chama) e NBR 5410, deve ser leve (classe 5-9), antichamas (V0 UL94), IP68 interno, diâmetro interno 16-25 mm (para 2-4 condutores), comprimento 25-50 m rolo, temperatura -5°C a 90°C. Especificação Técnica características: Cor branca (RAL 9010), parede 0,8-1,2 mm, rosca ou luva rápida para caixas 4x4 cm PVC, acessórios (curvas 90°, conexões T) similares Schneider Tigre ou Power Stam; não condutivo, anti-UV para steel frame interno. Dimensionamento: 16 mm para circuitos iluminação (10A), 25 mm para tomadas; preenchimento ≤40% seção (NBR 5410 tabela 33). Qualidade: Similar Schneider/Power, com bucha rápida integrada para perfis C/U 0,9 mm. Para instalação em Steel Frame, fixar com abraçadeiras plásticas (NBR 16970-3) nos perfis galvanizados antes do preenchimento, conecte à caixa 4x4 com bucha; passe fios após vedação silicone acrílico borda parede-piso e antes de massa corrida PVA + pintura super lavável.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 50 metros;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 50 metros;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 50 metros;

Total: 150 metros.

Projeto	Metros Lineares	Preço Unitário (R\$/m)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	50	1,80	R\$ 90,00
Projeto 2	50	1,80	R\$ 90,00
Projeto 3	50	1,80	R\$ 90,00
Total	150	-	R\$ 270,00

32) **Produto: Cabo flexível anti-chama VR 2,5 mm² preto ou marrom (fase):** para circuitos de tomadas duplas 10A em steel frame, com 5 m entre quadro e parede, garantindo segurança contra propagação de chamas. Norma Principal conforme ABNT NBR NM 247-3 (cabos isolados com PVC) e NBR NM 280 (condutores com isolamento extrudado), possui encordoamento classe 4/5 flexível (19-30 fios de cobre eletrolítico têmpera mole), isolamento PVC/A antichama BWF-B (não propaga chama vertical VW-1), tensão 450/750V, temperatura máxima 70°C contínua (100°C sobrecarga 5 min). Especificação Técnica características: Seção 2,5 mm² (ampacidade 24-28A em eletroduto B1/B2 - NBR 5410 tabela 36), diâmetro externo 3,4-3,6 mm, resistência ≤7,41-7,98 Ω/km (20°C), espessura isolamento 0,8 mm, peso 30-35 g/m, Inmetro OCP 0040; qualidade similar Schneider/Power (Corfio, Cobrecom, Pirelli). Desempenho: Isolação dupla camada, alta flexibilidade para eletroduto corrugado PVC 25 mm em perfis steel C/U, resistência dielétrica 2,5 kV/5 min. Instalação em Steel Frame, passar pelo eletroduto branco até caixa PVC 4x4 cm com bucha rápida; identificando fase (vermelho 2,5 mm²), neutro (azul 2,5 mm²), terra (verde-amarelo 1,5 mm²); conecte em disjuntor termomagnético 10A curva C, após vedação silicone acrílico borda parede-piso, massa corrida PVA lixada (120-180), selador e 2 demãos pintura PVA super lavável branca.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 150 metros;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 150 metros;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 150 metros;

Total: 450 metros.

Projeto	Metros Lineares	Preço Unitário (R\$/m)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	150	2,10	R\$ 315,00
Projeto 2	150	2,10	R\$ 315,00
Projeto 3	150	2,10	R\$ 315,00
Total	450	-	R\$ 945,00

33) **Produto: Cabo flexível anti-chama VR 2,5 mm² azul claro (neutro):** para circuitos de tomadas duplas 10A em steel frame, com 5 m entre quadro e parede, garantindo segurança contra propagação de chamas. Norma Principal conforme ABNT NBR NM 247-3 (cabos isolados com PVC) e NBR NM 280 (condutores com isolamento extrudada), possui encordoamento classe 4/5 flexível (19-30 fios de cobre eletrolítico têmpera mole), isolamento PVC/A antichama BWF-B (não propaga chama vertical VW-1), tensão 450/750V, temperatura máxima 70°C contínua (100°C sobrecarga 5 min). Especificação Técnica características: Seção 2,5 mm² (ampacidade 24-28A em eletroduto B1/B2 - NBR 5410 tabela 36), diâmetro externo 3,4-3,6 mm, resistência $\leq 7,41-7,98 \Omega/\text{km}$ (20°C), espessura isolamento 0,8 mm, peso 30-35 g/m, Inmetro OCP 0040; qualidade similar Schneider/Power (Corfio, Cobrecom, Pirelli). Desempenho: Isolação dupla camada, alta flexibilidade para eletroduto corrugado PVC 25 mm em perfis steel C/U, resistência dielétrica 2,5 kV/5 min. Instalação em Steel Frame, passar pelo eletroduto branco até caixa PVC 4x4 cm com bucha rápida; identificando fase (vermelho 2,5 mm²), neutro (azul 2,5 mm²), terra (verde-amarelo 1,5 mm²); conecte em disjuntor termomagnético 10A curva C, após vedação silicone acrílico borda parede-piso, massa corrida PVA lixada (120-180), selador e 2 demãos pintura PVA super lavável branca.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 150 metros;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 150 metros;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 150 metros;

Total: 450 metros.

Projeto	Metros Lineares	Preço Unitário (R\$/m)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	150	2,10	R\$ 315,00
Projeto 2	150	2,10	R\$ 315,00
Projeto 3	150	2,10	R\$ 315,00
Total	450	-	R\$ 945,00

34) **Produto: Cabo flexível anti-chama VR 2,5 mm² verde amarelo (terra):** para circuitos de tomadas duplas 10A em steel frame, com 5 m entre quadro e parede, garantindo segurança contra propagação de chamas. Norma Principal conforme ABNT NBR NM 247-3 (cabos isolados com PVC) e NBR NM 280 (condutores com isolamento extrudada), possui encordoamento classe 4/5 flexível (19-30 fios de cobre eletrolítico têmpera mole), isolamento PVC/A antichama BWF-B (não propaga chama vertical VW-1), tensão 450/750V, temperatura máxima 70°C contínua (100°C sobrecarga 5 min). Especificação Técnica características: Seção 2,5 mm² (ampacidade 24-28A em eletroduto B1/B2 - NBR 5410 tabela 36), diâmetro externo 3,4-3,6 mm, resistência $\leq 7,41-7,98 \Omega/\text{km}$ (20°C), espessura isolamento 0,8 mm, peso 30-35 g/m, Inmetro OCP 0040; qualidade similar Schneider/Power (Corfio, Cobrecom, Pirelli). Desempenho: Isolação dupla

camada, alta flexibilidade para eletroduto corrugado PVC 25 mm em perfis steel C/U, resistência dielétrica 2,5 kV/5 min. Instalação em Steel Frame, passar pelo eletroduto branco até caixa PVC 4x4 cm com bucha rápida; identificando fase (vermelho 2,5 mm²), neutro (azul 2,5 mm²), terra (verde-amarelo 1,5 mm²); conecte em disjuntor termomagnético 10A curva C, após vedação silicone acrílico borda parede-piso, massa corrida PVA lixada (120-180), selador e 2 demãos pintura PVA super lavável branca.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 150 metros;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 150 metros;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 150 metros;

Total: 450 metros.

Projeto	Metros Lineares	Preço Unitário (R\$/m)	Subtotal (R\$)
Projeto 1	150	2,10	R\$ 315,00
Projeto 2	150	2,10	R\$ 315,00
Projeto 3	150	2,10	R\$ 315,00
Total	450	-	R\$ 945,00

35) **Produto: Conectores para emendas rápidas 2/3 vias:** para derivações seguras de cabos flexíveis 2,5 mm² VR anti-chama em steel frame, substituindo emendas torcidas com fita isolante. Norma Principal conforme ABNT NBR 5410 (instalações elétricas de baixa tensão), NR-10 e NR-12, utilizam tecnologia Cage Clamp® com alavancas (sem ferramentas), para condutores sólidos/flexíveis 0,14-4 mm² (24-12 AWG), tensão 450V (AC/DC), corrente máxima 32-41A, grau IP20/IP65 em caixa. Especificação Técnica modelos: 221-412 (2 vias), 221-413 (3 vias), polycarbonato isolante antichamas (V0 UL94), capa transparente para inspeção, atuador laranja; dimensões 17x14x21 mm (3 vias), peso 2,5g/unid. Desempenho: Temperatura - 60°C a 105°C, >40.000 ciclos, resistência vibração 5g, dielétrica 4kV; reutilizável, à prova de corrosão. Compatibilidade: Fios desencapados 11 mm (fase vermelha 2,5 mm², neutro azul, terra VA 1,5 mm²) em eletroduto corrugado PVC até caixa 4x4 cm. Para aplicação em Steel Frame, abrir alavanca, inserir fios (ex.: quadro → tomada dupla 10A + derivação interruptor simples), fechar, instale dentro caixa PVC após vedação silicone acrílico borda parede-piso, antes de massa corrida PVA lixada (120-180) e pintura super lavável branca.

Quantidades:

- Projeto 1 - Sala CMT BTL: 10 unidades;
- Projeto 2 - Sala Sub CMT: 10 unidades;
- Projeto 3 – Alojamento Sd / Cb: 10 unidades;

Total: 30 unidades.

Projeto	Quantidade (unid.)	Preço Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
Sala CMT BTL	10	2,50	25
Sala Sub CMT	10	2,50	25
Alojamento Sd/Cb	10	2,50	25
Total	30	-	75

Fontes de consulta de preço:

<https://www.lojaeletrofanchini.com.br/conector-wago-compacto-emenda-cabo-4mm-2-vias-modelo-221-412>

https://www.leroymerlin.com.br/conector-emenda-compacto-wago-221-413-4mm2-3-polos-50-pecas_1570449382

<https://www.eletrolico.com.br/conexao/conectores/conector-de-emenda-p-cabo-4mm-3v-transp>

<https://www.eletrolico.com.br/conexao/conectores/conector-de-emenda-p-cabo-6mm-2v-transp>

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.2. O descarte correto de materiais em locais apropriados é fundamental para a preservação ambiental e limpeza urbana, especialmente para resíduos que não são coletados pelo lixo comum.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 (oito) horas às 17:00 (dezessete) horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato;

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: R. Dr. Wilson José Minervino, 359 Parque Residencial Romano Calil, São José do Rio Preto - SP, 15076-000

5.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 09h00 às 17h00. Materiais a serem disponibilizados.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nos termos da legislação aplicável.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período de execução.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto seguirá as etapas descritas no cronograma físico financeiro, além da aferição da qualidade da prestação dos serviços].

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.2. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.2. O Contratado também apresentará, a cada medição:

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.2.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e

subprodutos referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.5.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.].

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.13. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital [quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e,] nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.25.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.25.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.25.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.27.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.28. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional [escrever, por extenso, a entidade profissional competente], em plena validade;

8.28.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.29. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

- a) Para o (Engenheiro Civil, Elétrico, Mecânico...): serviços de (...)
- b) Para o (Arquiteto e Urbanista...): serviços de (...)
- c) Para o (Técnico Industrial...): serviços de (...)

8.29.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.29.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado.

8.30. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

- 8.30.1.1. 50% da área quadrada de pintura];
- 8.30.1.2. [.50% da área de piso a ser assentada];

8.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.32. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;
- e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

8.33. Tratando-se de consórcio:

8.33.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão.

8.33.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.33.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.33.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.34. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.34.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.34.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.34.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.34.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.34.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 50.521,25 (cinquenta mil, quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), conforme custos unitários apostos [na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.3. Gestão/Unidade: 180160;

10.4. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANEXO II

[MINUTA DE TERMO DE CONTRATO]

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

(Processo Administrativo nº 057.00103536/2026-50)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/26, CELEBRADO
ENTRE O(A) *POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO*, POR INTERMÉDIO DO(A) *COMANDO DE
POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO (UGE 180160)* E
.....

O Estado de São Paulo / Polícia Militar do Estado de São Paulo, por intermédio do(a) Comando de Policiamento do Interior Cinco, com sede no(a) Avenida dos Estudantes, 1980, Boa Vista, na cidade de São José do Rio Preto/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.198.514/0071-67, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/____] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional _____ nº/inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº 90014/2026*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de reforma da sala do Comandante do 9ºBAEP, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço global*.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias úteis, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização..

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual..

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de XX (XXX)

para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XX (XXX) , contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.12. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo

Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: CPI-5, endereços; Avenida dos Estudantes nº 1980 – Bairro Boa Vista – São José do Rio Preto.*

9.1.23. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;*

9.1.24. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis..*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

- 1. A CONTRATADA estará sujeita à aplicação das seguintes penalidades pecuniárias, nos casos de inadimplemento contratual, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

1.1. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao total de 30 (trinta) dias;

1.2. Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor total do contrato, limitada ao montante de 2% (dois por cento), aplicável em caso de inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia contratual;

1.2.1. O atraso superior a **10 (dez) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.3. Multa **compensatória de 3% (três por cento)** do valor total do contrato, pelas infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1;

1.4. Multa **compensatória de 15% (quinze por cento)** do valor total do contrato, pela inexecução total do objeto contratual, conforme previsto na alínea “c” do item 12.1;

1.5. Multa de **7% (sete por cento)** do valor total do contrato, aplicável à infração prevista na alínea “b” do item 12.1;

1.6. Multa de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, pelas infrações previstas na alínea “d” do item 12.1;

1.7. Multa de **2% (dois por cento)** do valor total do contrato, aplicável à infração descrita na alínea “a” do item 12.1, ressalvadas as hipóteses específicas que deverão ser analisadas pela Administração caso a caso.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº

12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa)*.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. *Gestão/Unidade: 00001 / 180160;*
- II. *Fonte de Recursos:*
- III. *Nota de Empenho:*

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São José do Rio Preto, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

TÍTULO IV **DAS IRREGULARIDADES** **CAPÍTULO I** **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** Lei Federal 14.133/21

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto; 20/02/2024, 10:40 L14133
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm 60/72
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. 20/02/2024, 10:40 L14133
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm 61/72

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.]

ANEXO III.1**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

- 1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
- 2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- 3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no caput deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;

c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no caput será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único – Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo. § 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 – À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o caput deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846,

de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES Secretário da Segurança Pública

,

ANEXO IV**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****ANEXO IV.1****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA****COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO – CPI-5**

EMPRESA- CNPJ	LOCAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS
Razão Social: CNPJ: Endereço: Fone: E-mail: Dados Bancários*:	9ºBAEP Rua Dr. Wilson José Minervino, 359 Bairro Romano Calil São José do Rio Preto/SP CEP. 15076-000

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFÍSICO	COMPRAS .GOV	UF	QUANT	VALOR TOTAL
1	Manutenção Predial	79073	1627	Un	01	R\$
TOTAL					R\$	

(Validade da proposta: 60 dias)

*** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, EXCLUSIVAMENTE DO BANCO DO BRASIL S.A., na forma estabelecida pelo Decreto Estadual 62.867 de 03 de outubro de 2017.**

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90059/2026, Processo nº 20260414016, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90059/2026, Processo nº 20260414016, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90059/2026, Processo nº 20260414016, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90059/2026, Processo nº 20260414016, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VIII**DECRETO Nº 62.867, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas
GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,
Decreta:

Artigo 1º - Os pagamentos de despesas, obrigações ou responsabilidades de qualquer natureza, inclusive os decorrentes de decisões judiciais, de serviços da dívida pública ou de transferências, processados pelos órgãos que integram a Administração Direta do Estado, deverão ser executados exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A., na forma estabelecida por este decreto.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se às Autarquias, inclusive às Universidades, às Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, às Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária, aos Fundos Especiais de Despesa e aos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento.

Artigo 2º - O processamento de todas as movimentações financeiras de pagamentos a credores, incluindo fornecedores, no país e no exterior, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pela Administração Direta e Indireta do Estado, incluídas as operações de câmbio e comércio exterior, deverão ser efetuados por meio do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único - Excepcionalmente, para credores e fornecedores eventuais, não correntistas, cujo valor das transferências referidas neste artigo, não exceda a 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESP's, poderão ser processadas transferências com a emissão de cheque nominativo cruzado ou ordem de pagamento.

Artigo 3º - Os pagamentos de vencimentos, salários, subsídios, proventos ou pensões aos servidores civis e militares, ativos, inativos, pensionistas e beneficiários de pensões especiais do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta do Estado, serão feitos exclusivamente no Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos inativos e pensionistas que residam no exterior ou em municípios que não possuam agências do Banco do Brasil S.A.

Artigo 4º - Excetua-se do disposto no presente decreto as devoluções de cauções, fianças e de impostos, taxas e multas, bem como os pagamentos e operações que, por imposição legal, judicial, regulamentar ou decorrentes de cláusulas de convênios ou contratos, ou ainda por disposição do Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do [Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014](#) Legislação do Estado, não possam ser formalizados por intermédio do Banco do Brasil S.A.

Artigo 5º - O Banco do Brasil S.A. deverá dispor de agência centralizadora localizada na cidade de São Paulo, destinada ao repasse e transferência do produto da arrecadação de tributos e demais receitas do Estado, depositado pelas instituições bancárias.

§ 1º - O repasse e a transferência a que se refere o "caput" deste artigo serão efetuados mediante procedimentos definidos pela Secretaria da Fazenda.

§ 2º - Os ingressos de demais receitas públicas estaduais, orçamentárias e extra-orçamentárias, deverão ser processados pelo Banco do Brasil S.A., quando autorizado, e depositados nas contas denominadas de tipo "C" dos respectivos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto.

Artigo 6º - O Banco do Brasil S.A., nos casos em que estiver apto a receber, deverá processar, mediante autorização dos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto, as despesas com FGTS, INSS, PIS/PASEP, COFINS, IRRF, CSLL, assim como as operações oficiais de compra e venda de moeda estrangeira, inclusive para fins de fechamento de contratos de câmbio nas importações e exportações.

Artigo 7º - As aplicações financeiras dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado deverão ser centralizadas no Banco do Brasil S.A., observado o disposto no Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do [Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014](#).

Artigo 8º - Os órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, aderentes ao Acordo Base de Parceria Institucional deverão disponibilizar, ao conglomerado do agente financeiro, sempre que solicitado, informações relacionadas aos seguros contratados, para fins de atualização da base de dados.

Artigo 9º - Os órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, aderentes ao Acordo Base de Parceria Institucional, ao realizarem pesquisa de preços para subsidiar procedimento licitatório tendente à contratação de seguros, deverão, sempre que possível, solicitar cotação ao conglomerado do agente financeiro do Estado.

Artigo 10 - A partir da vigência deste decreto e durante o prazo de vigência do Acordo Base de Parceria Institucional firmado em 29 de setembro de 2017 nos termos do [Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014](#) Legislação do Estado, fica suspensa a cobrança ao Banco do Brasil S.A. do percentual previsto no artigo 22 do [Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014](#) Legislação do Estado.

Artigo 11 - Ficam mantidos os procedimentos atuais para as aplicações financeiras, por meio da Conta Única do Tesouro, no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP.

Artigo 12 - O Banco do Brasil S.A. deverá manter os sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer ao Estado, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras do Estado e outras que forem requeridas, desde que previamente acordadas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade.

Artigo 13 - Fica a Secretaria da Fazenda autorizada a providenciar o cadastramento de funcionários do Banco do Brasil S.A. no SIAFEM/SP, mediante solicitação formal das áreas competentes do Agente Financeiro do Tesouro, para consulta às operações pertinentes a este decreto, observadas as regras de segurança de acesso.

Artigo 14 - Ao Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de controle, caberá fiscalizar o cumprimento das disposições deste decreto.

Artigo 15 - A Secretaria da Fazenda e suas Coordenadorias, no âmbito de suas respectivas atribuições, poderão expedir normas complementares para aplicação integral das disposições deste decreto, decidir casos omissos e adotar as providências necessárias para preservação dos procedimentos ora estabelecidos.

Artigo 16 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relação ao Banco do Brasil S.A., até 28 de setembro de 2022.

Parágrafo único - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o [Decreto nº 62.297, de 6 de dezembro de 2016](#) Legislação do Estado.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de outubro de 2017.

GERALDO ALCKMIN

Governador